



A SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: projeto de intervenção e conscientização escolar

Lucas de Almeida Sanches
Graduando em Letras – Uni-FACEF
lucas.a.sanches26@gmail.com

Rafaela Duarte Felicetti
Graduanda em Letras – Uni-FACEF
anatomas0905@gmail.com

Valéria Beghelli Ferreira
Doutora em Serviço Social – Uni-FACEF
valbeghelli@yahoo.com.br

Resumo

Como base o projeto de intervenção produzido na prática do componente curricular este artigo apresenta um modelo de intervenção, tendo como tema principal o preparo do professor para abordar o tema da sexualidade humana, orientação sexual e os gêneros. A escola, como importante instância social e espaço de vivências necessita que haja ter intervenções pedagógicas para a conscientização do conceito de sexualidade humana, além da compreensão, respeito e tolerância as diversidades e diferenças de gênero, sinalizando para a importância da Educação Sexual no espaço escolar. Deste modo, este artigo objetivou apresentar uma proposta de intervenção a respeito do tema da sexualidade, visando apontar os benefícios que podem ser obtidos quando bem abordado e servir como um modelo para que os professores e profissionais da educação se sintam interessados em aplicá-la em seus locais de trabalho. Esta proposta de intervenção poderá ser realizada em escolas públicas e privadas de ensino fundamental, anos finais, e ensino médio, com os professores, em oficinas a serem desenvolvidas, nas reuniões pedagógicas. Espera -se que com esta intervenção, os professores tenham preparo e se sintam aptos a responder de maneira clara, coesa, com conhecimento e livre de quaisquer formas de preconceitos ou discriminação no contexto escolar.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação. Projeto de Intervenção

Submissão: 26/10/2021 Aprovação: 16/11/2021

1 Introdução

Como base no projeto de intervenção produzido e apresentado na prática do componente curricular este artigo propõe apresentar e discutir sobre um modelo para futuras intervenções, tendo como tema principal o preparo do professor para abordar com maior desenvoltura, conhecimento, mediante as situações que ele experiencia ou pode experimentar, sobre o tema da sexualidade humana, orientação sexual e os gêneros.

Segundo Louro (2016) apud Dias; Sposito (2021), a sexualidade como uma construção a todos os seres humanos pode ser entendida como a identidade social, sexual e de gênero do sujeito modelada por instâncias sociais e culturais.

SANCHES, L.A.; FELICETTI, R.D.; FERREIRA, V. B.

Sob este aspecto, os autores ressaltam que, em âmbito escolar, o protagonismo juvenil e as comunidades LGBT visam propor grandes reflexões que servem para ampliar algumas das percepções que a sociedade, e mesmo a escola, já possuem acerca da sexualidade humana, ao mesmo tempo em que estimula uma maior aceitação e novos sentidos às vivências da sexualidade, fazendo assim, cada vez mais significativa e impactante o papel da juventude no mundo contemporâneo.

A escola é um lugar onde as diferenças convivem e interagem entre si, é esperado então, que apresente uma forma de agir no sentido de compreender a diversidade de pensamentos, crenças, etnias, religiões, sexualidades. Porém, mesmo em um espaço voltado para essa diversidade, encontramos na escola a manutenção de preconceitos e a formação de indivíduos/alunos(as) preconceituosos(as) (BAIBICH, 2002, p. 118).

Dias, Sposito, (2021) complementam esta discussão, quando afirmam que parte do preconceito com o tema da sexualidade deriva de uma visão mais conservadora que condena que o sexo como forma de prazer, essa resistência está presente desde a idade média, quando a relação sexual era tida com um aspecto mais religioso e era dita como sendo apenas em função da reprodução. Sendo assim, para as autoras, uma vez que a relação homoafetiva não possibilita a reprodução, e se afasta do comportamento visto como padrão, ela passou a ser condenada. Mesmo nos dias atuais, as autoras ressaltam que é possível notar diversos discursos homofóbicos que ainda fazem uso desse pensamento antiquado acerca do medo de uma perda da fertilidade e da continuidade da espécie.

Em relação à homossexualidade e outros comportamentos que podem ser considerados desviantes dentro do desenvolvimento infantil, podemos perceber que em muitos casos, acabam por exemplificar como o estranhamento e os preconceitos que surgem em relação a essas situações não partem inicialmente dos mais jovens e sim dos anciãos. Uma vez que a nova geração possui uma mente mais aberta para lidar com a diversidade em suas variadas formas, enquanto a parte da sociedade mais antiga, foi moldada a pensar que as novas formas de relacionamentos são ultrajantes, atitudes que divergem dos padrões pressupostos por eles, da forma como lhes fora ensinado em um momento prévio de suas vidas (ZANATTA et al., 2016).

Por essas situações, projetos de intervenção podem ser extremamente benéficos para os professores, uma vez que os qualificarão para derrubar algumas dessas barreiras e esclarecer com diversas dúvidas e ou mal- entendidos.

Vários autores apontam que a escola, como importante instância social e espaço de vivências e formação, deve possibilitar a discussão e reflexão dos saberes, valores e das atitudes já estabelecidas acerca da sexualidade

Dias; Sposito (2021) apontam que a importância de ter intervenções pedagógicas para a conscientização do conceito de sexualidade, possibilita a compreensão e o respeito das diferenças de gênero, sinalizando para a importância da educação sexual no espaço escolar.

Para as autoras a relevância de realizar educação sexual e sob a ótica histórica e cultural de um determinado grupo social significa romper com as barreiras impostas nos espaços escolares

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), a escola tem função de complementar, informar, problematizar e politizar a diversidade de olhares, e não substituir ou menosprezar a função da família.

A SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: projeto de intervenção e conscientização escolar

Ter a possibilidade de trabalhar questões relacionadas à orientação sexual (esclarecendo que o termo orientação, neste caso dos PCNs, refere-se ao ato de propor um espaço de discussão sobre a sexualidade, e não está relacionado com o direcionamento da escolha de parceiros ou parceiras) nas escolas, e dentre ela a questão da diversidade, é um avanço no ensino brasileiro. A escola não pode simplesmente fechar os olhos para a realidade, e considerar que as palavras: gay e lésbica devem ficar fora dos portões escolares (PALMA; STREY, 2013, p.2).

Para Altmann (apud DIAS; SPOSITO 2021), há falhas nos PCN ao se contemplar a sexualidade nos currículos escolares. Para os autores, a intervenção pedagógica deste tema transversal visa ao autocuidado e o autodisciplinamento dos corpos por meio da modelagem dos comportamentos, das atitudes higienistas, preventivas às ISTs/AIDS, gravidez indesejada, sobretudo na adolescência e, também, curativas, ao proporcionar uma vivência segura e prazerosa da sexualidade referente à saúde, não fazendo relação histórica para a desconstrução da discriminação do gênero e do preconceito.

Complementando esta discussão Silva (2007) ressalta que não há um ambiente de discussão amplo para temas sobre educação sexual ou sociologia, nas salas de aulas, mesmo nas aulas de ciências. Para o autor, por pressão da comunidade, calcada ainda no conservadorismo, mesmo nas poucas vezes em que se abrem discussões menores, por questionamento de alunos, o assunto tende a ser evitado por meio de represálias dos pais ou da gestão da escola. Cria-se então um ambiente de invisibilidade e falta de representatividade para esses indivíduos, além de deixar um terreno fértil para a propagação preconceitos e perpetuação de tabus.

Neste sentido, Palma; Strey (2013), ressaltam que apesar de profissionais competentes terem sido responsáveis pela criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a proposta de discutir a sexualidade além do contexto biológico, ainda é considerado “tabu” nos documentos, e conseqüentemente, nas escolas também

Para os autores, o professor, como indivíduo que tem contato direto com os alunos acaba então assumindo a responsabilidade de abordar tais assuntos, tendo em vista que a repressão advinda da invisibilidade pode afetar o rendimento escolar.

Quando pensamos em escola devemos pensar, também, em um espaço disciplinador e normatizador, e não somente em um espaço que auxilia a formar futuros cidadãos e cidadãs. Logo, ela não apenas transmite/constrói conhecimento, porém faz isso reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos e legitimando relações de poder e hierarquias (JUNQUEIRA apud PALMA; STREY, 2013, p.1).

Segundo Palma; Strey (2013), existe preconceito e discriminação na escola e, muitas vezes, até manifestações de violência, em função de um não entendimento ao que é diferente, em função de uma heterossexualidade compulsória que aprisiona desejos e modos de comportamento, gerando, por exemplo, violências de lesbofobia, homofobia e transfobia.

SANCHES, L.A.; FELICETTI, R.D.; FERREIRA, V. B.

Assim, Palma et al (2015) ressaltam que devido ao preconceito e à estigmatização, crianças e adolescentes com orientação sexual e gênero fora da heteronormatividade ficam mais propensas ao desenvolvimento de transtornos mentais, podendo levar até mesmo ao suicídio. Tal afirmação dos autores aponta para a psicologia e corrobora com as discussões e conteúdos trabalhos na disciplina de Psicologia da Educação e do Adolescente para despertar e preparar o professor para este contexto.

1.1 Diferentes, não desiguais

O projeto terá como base teórica, o Livro “Diferentes, Não Desiguais” de Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. A obra traz o teor da conceituação de gênero como mecanismo cultural, que foi produzido e defendido no decorrer da história, onde qualifica a humanidade a partir da relação de masculino e feminino. Os autores buscam a reflexão sobre essa noção de gênero e como, de certa forma, restringir, excluir e gerar desigualdade na rotina das crianças e adolescentes.

Lins, Machado e Escoura (2016) discutem entre tantos aspectos, aqueles que estão presentes no universo escolar, como brinquedos que são de menina, esportes que são de meninos, matéria escolar de menina e de menino, cor de menina, cor de menino. Os autores, apontam reflexões sobre a divisão, imposta a todos desde a infância, de gêneros masculino-feminino e onde cada um precisa se enquadrar.

Os autores revelam que parte dessa divisão impelida na infância é motivada pela escola, que delimita o conhecimento e aprendizado dos discentes, além de baldar o crescimento pessoal da criança e do adolescente.

Marcarenhas; Pereira (2020) complementam esta discussão ao ressaltarem que, ao se discutir como a escola constrói expectativas nas crianças, pode-se inferir desigualdades e hierarquias criadas culturalmente pela socialização que irão se imiscuir na estrutura de poder da sociedade. Nesse sentido, para os autores, ao internalizar regras de gênero propostas pela escola, incutem-se noções de “certo” e “errado” nas subjetividades, ancoradas em pretensas noções biológicas. Essa criticidade do ensino de papéis sociais não pode tornar-se lugar comum.

Além disso, Lins, Machado e Escoura (2016) apontam para a importância de abordar, no contexto escolar, sobre questões relacionadas ao feminismo, movimento LBG, questões de racismo, preconceito e a violência sofrida por essas pessoas. Os autores acreditam que é preciso trabalhar e discutir as questões de gênero, de acordo com cada situação e o que cada movimento defende dentro dos seus direitos que são ameaçados, constantemente, dentro da sociedade hierárquica machista, racista e homofóbica, onde existem leis que são falhas e imprecisas.

Toda a luta do movimento LBG não tem relação com “privilégios”, e sim com equidade. Apresentam possibilidades para uma escola diversa, entre elas: formação continuada de professoras/es, gestoras/es e toda a equipe técnica no tocante ao tema gênero; atenção para piadas, acusações, fofocas e situações constrangedoras que envolvam pessoas LBG, mesmo que não haja na escola algum/a estudante auto identificado/a como tal (MARCARENHAS; SILVA, 2020, p. 2)

A SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: projeto de intervenção e conscientização escolar

Os autores também ressaltam a importância de abordar as questões da família, a estrutura familiar, a organização familiar, a cultura familiar e o contexto em que a família vive, socialmente, localmente, ou seja, cidade, bairro, estado, país e como isso pode, de certa forma, atrapalhar e então, como trabalhar com os alunos, mesmo com essa adversidade (MARCARENHAS; SILVA, 2020).

Para Lins, Machado e Escoura_(2016) a grande pauta a ser discutida é como a escola deve trabalhar, como ela deve ser integradora e transformadora e como os professores devem abordar o assunto de forma crítica e plural.

Para os autores, os professores devem trabalhar as questões da diversidade de gêneros, com as diferentes formas de relações amorosas dentro do âmbito escolar, gerando debates e reflexões a respeito. Para tanto, devem buscar o conhecimento para ampliar seus conceitos, a fim de saber como trabalhar e acolher todos os seus alunos, os protegendo de qualquer forma de violência, verbal ou física, não só no ambiente escolar, mas também, trazer para os alunos esse conhecimento de mundo, onde possibilitará quebrar diversas “barreiras mentais” nos estudantes, sejam eles os oprimidos ou os opressores. O papel do professor, é abrir os olhos dos discentes para a vida em sociedade (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Deste modo, este artigo objetivou apresentar uma proposta de intervenção a respeito do tema da sexualidade, visando apontar os benefícios que podem ser obtidos quando bem abordado este tema e servir como um modelo e guia para os professores e profissionais da educação que se sintam interessados em aplicá-la em seus respectivos locais de trabalho.

Esta proposta de intervenção, ao ser aplicada, poderá proporcionar uma maior conscientização a respeito do tema da sexualidade aos professores, para que uma vez que estes se deparem com situações relacionadas a esse tema em sala de aula, possam demonstrar maior domínio e lidar com o assunto de uma forma natural e bem embasada.

Além destes aspectos, como objetivos específicos, a intervenção possibilitará que os professores tenham preparo para que, em caso de surgirem dúvidas dos alunos, sejam elas situacionais ou constantes, a respeito do tema tratado, estes profissionais se sintam aptos a responder de uma maneira mais clara, coesa e livre de quaisquer formas de preconceitos; visamos capacitá-los para que saibam agir em situações de discriminação ou de homofobia dentro da escola. Também será possível pensar que, por meio do preparo dos professores para abordarem o tema, isto poderá possibilitar maior conscientização dos estudantes a respeito do assunto.

Pensando nisso, o presente artigo traz esta proposta de intervenção para que professores possam se qualificar quanto a abordagem de temas que envolvem maior complexidade e que requerem melhor manejo e preparo dos profissionais para potencializar a escola na contemporaneidade.

2 Proposta de Intervenção

A intervenção contará com algumas etapas que devem ser seguidas e que possibilitarão alcançar os objetivos propostos.

A participação dos professores nestes espaços de formação e reflexão para discutir este tema potencialmente complexo, se faz necessário e importante

uma vez que os casos de violência e de exclusão veem aumentando cada vez mais no contexto escolar.

2.1 Cenário de intervenção

A intervenção proposta pode ser realizada em escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental II (Anos Finais) e Ensino Médio.

2.2 Participantes

Ao se pensar neste tema o ideal é que ele seja trabalhado com os professores dos ensinamentos supracitados, (e outros que queiram participar espontaneamente) em oficinas que podem ser desenvolvidas, durante os espaços formalizados de discussão dos professores, que são as reuniões pedagógicas.

2.3 Estratégias e ações

Estas oficinas podem ser divididas em 10 encontros semanais, com duração de 1 hora e 40 minutos cada encontro.

O período total do projeto de intervenção terá duração de aproximadamente 02 meses. Cada oficina contará com dois facilitadores para conduzir os encontros.

Todos os encontros iniciarão com uma dinâmica de acolhimento para que os professores fiquem mais relaxados e sejam mais convidativos a participar das discussões.

Em seguida em cada encontro será abordado um tema diferente relacionado ao contexto do tema central – sexualidade. Todos os temas dos encontros terão como referencial teórico o livro “Diferentes, Não Desiguais”.

No primeiro encontro, além do primeiro momento de acolhimento, será aplicado um questionário, para os professores, com perguntas abertas sobre seu conhecimento prévio acerca do tema da sexualidade, por exemplo, o que ele acha? o que ele sabe a respeito? como ele trabalharia em sala? como agiria caso presenciasse alguma situação que fosse constrangedora para algum aluno? como traria o assunto para suas aulas?

Além destas, também teria questões a respeito de experiências pessoais e profissionais em situações que experienciaram ou que poderiam experimentar desconforto em relação ao tema, para que os facilitadores possam ter alguns parâmetros de conhecimentos, pensamentos, sentimentos e comportamentos destes professores em relação ao tema.

Também, será aplicado um questionário similar para os estudantes, onde esses possam relatar se já viveram ou presenciaram alguma discussão ou situação constrangedora, em ambiente escolar, com participação de professores, sobre questões relacionadas ao tema. Também será questionado, com os estudantes, como o professor procedeu nestas situações e quais teriam sido as marcas e impressões deixadas por esse evento reportado e como eles acreditam que esse tema poderia ser trabalhado em sala, entre outras perguntas.

Este questionário, com os estudantes, servirá para embasar os encontros com os professores e para que os facilitadores possam usar como um indicador futuro se o projeto foi efetivo

A SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: projeto de intervenção e conscientização escolar

Partindo das respostas obtidas, nos questionários com os professores, será possível trazer para a discussão os pontos-chaves que exijam maior tempo de reflexão e ponderação, buscando maior compreensão sobre os relatos apresentados, com um enfoque em comportamentos que precisem de mudanças por parte do corpo docente para potencializar e qualificar a maneira como está sendo abordado todo este contexto. Estas respostas servirão de base para qualificar os encontros e embasar os conceitos que mais precisam de discussão e entendimento.

Em cada encontro além do tema sobre sexualidade humana, no geral, também serão trabalhados temas relacionados, ao feminismo, diversidade, movimento LGBT, questões de racismo, de gênero, preconceito e violência, por exemplo a homofobia.

Os temas serão trabalhados por meio de metodologias ativas, para que os professores tenham participação ativa em cada encontro. Serão utilizados recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo, discussão de alguns trechos do livro supracitado, filmes, uso de dramatizações, dentre outros.

2.4 Avaliação e monitoramento

Ao final de cada encontro será solicitado aos professores que apresentem uma síntese do que foi trabalhado e o que ficou de mais significativo para eles sobre o tema, além de fazerem uma avaliação qualitativa do encontro e de sua participação. Esta avaliação qualitativa ao final de cada encontro será oral e escrita.

Decorridos os dois meses do projeto, no último encontro será aplicado o mesmo questionário do início para perceber se houve mudanças no contexto trabalhado, a partir das respostas dos professores.

Também, neste encontro, será solicitado que os professores façam uma avaliação qualitativa sobre o projeto como um todo e o impacto que teve sobre seus conhecimentos e sua prática relacionados ao tema da intervenção.

Decorridos 03 (três) meses após a finalização da intervenção, será realizado um encontro com os estudantes para que seja reaplicado o questionário e realizada uma discussão para identificar, na visão dos estudantes, as mudanças observadas no comportamento dos professores no espaço escolar e de sala de aula acerca do contexto trabalhado.

2.5 Resultados esperados

Espera-se que com esta intervenção os professores tenham preparo e se sintam aptos a responder de uma maneira mais clara, coesa, com conhecimento e livre de quaisquer formas de preconceitos ou discriminação no contexto escolar.

3 Considerações finais

Partindo da concepção que a escola é o local que prepara a criança para a vida, que deve transmitir os valores morais e éticos para seus estudantes e que visa torná-los futuros cidadãos capazes de viver em sociedade e respeitar a todos os demais indivíduos. É inaceitável pensarmos que está tudo bem com as

falhas existentes no ambiente escolar quando o assunto é lidar com a sexualidade e suas diversidades.

E é justamente com a intenção de corrigir esses aspectos, que esta proposta, com este tema, se faz necessário. Por meio dele, será possível “derrubar” antigos preconceitos e ajudar a desmistificar esse tema tão importante e presente dos dias atuais. Esta intervenção visa instrumentalizar os professores a se inteirarem mais com as discussões e debates realizados e assim estarem melhor preparados para lidar com as situações que venham a surgir no dia a dia em sala de aula.

Com isso, espera-se que esse projeto seja útil tanto para a escola em que for aplicado, quanto como inspiração para todos os profissionais e estudantes que tenham contato com ele e que assim possam caminhar, cada vez mais próximos, para uma sociedade mais preparada, empática e acolhedora com todos seus cidadãos.

Referências

DIAS, D.F. SPOSITO, N. E. C. EDUCAÇÃO SEXUAL: uma sequência didática para a EJA de uma escola de assentamento. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698231147>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Reviravolta, 2016. 142p

MASCARENHAS, S. A. N; SILVA, A. R. P. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100700&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 20 ago. 2021.

PALMA, Y. A. et. al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas psicol.* v. 23, n.3. Ribeirão Preto, set.2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-16> Acesso em: 20 ago. 2021.

Palma Y.A; Strey, M.N. Orientação sexual e sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais: e a escola com isso? *Seminário Internacional Fazendo Gênero [Anais Eletrônicos]*. Florianópolis, Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387452438_. Acesso em: 21 ago. 2021.

ZANATTA, L.F. et.al. Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2016.v32n8/e00089616/>. Acesso em: 21 ago. 2021.